

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO 2.1:
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
ÁREA:
CONTROLE EXTERNO
ESPECIALIDADE:
CONTROLE EXTERNO
ORIENTAÇÃO:
AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Prova Objetiva P_1
Prova Discursiva P_3

Aplicação: 2/8/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E VINTE** itens, correspondentes à prova objetiva P_1 , corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva P_3 e de espaços para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fazer as coisas depressa impede que elas sejam bem feitas.

- 3 Os espaços para rascunho da prova discursiva são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **5/8/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **6 a 8/8/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **2/9/2008** – Resultados final das provas objetivas e provisório das provas discursivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União (DOU) e Internet.
- IV **3 a 5/9/2008** – Recursos (provas discursivas): conforme determinações contidas no item II.
- V **14/9/2008** – Realização da perícia médica.
- VI **23/9/2008** – Resultados final das provas discursivas e provisório da perícia médica: DOU e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 – TCU-ACE, de 3/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18

1 Ao apresentar a perspectiva local como *inferior* à
perspectiva global, como incapaz de entender, de explicar e,
em última análise, de tirar proveito da complexidade do
4 mundo contemporâneo, a concepção global atualmente
dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um
único código unificador de comportamento humano, e abre
7 o caminho para a realização do sonho definitivo de
economias globais de escala. Como resultado deste processo,
o “modelo econômico” alcança sua perfeição, que não é
10 somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo.
E esta é a essência mesma do paradigma moderno de
desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de
13 perfeição a globalização representa.

Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou
maior do que sendo global e é somente neste nível que a sua
16 primazia e universalidade são finalmente afirmadas, junto
com a certeza de que jamais poderia surgir alguma
alternativa viável ao sistema ideologicamente dominante
19 fundado no livre mercado, dada a ausência de qualquer
cultura ou sistema de pensamento alternativo.

Se virmos o fenômeno da globalização sob esta luz,
22 creio que não poderemos escapar da conclusão de que o
processo é totalmente coerente com as premissas da
ideologia econômica que têm se afirmado como a forma
25 dominante de representação do mundo ao longo dos últimos
100 anos, aproximadamente.

A globalização não é, portanto, um acontecimento
28 acidental ou um excesso extravagante, mas uma extensão
simples e lógica de um “argumento”. Parece realmente muito
difícil conceber um resultado final que fizesse mais sentido
31 e fosse mais coerente com as bases ideológicas sobre as
quais está fundado. Em suma, a globalização representa a
realização acabada e a perfeição do projeto de modernidade
34 e de seu paradigma de progresso.

G. Muzio. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. Trad. Luis Cláudio Amarante. In: Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (Org.). Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. 2.ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 138-9 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos lingüísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 No texto, é apresentada, em forma dissertativa, uma análise do processo de globalização e da hegemonia, no mundo contemporâneo, do sistema econômico embasado no livre mercado.
- 2 A direção argumentativa do texto evidencia a intenção do autor em fazer uma apologia do modelo de desenvolvimento e de progresso que a globalização representa.
- 3 Infere-se do texto que a globalização constitui o caminho ideal para a superação do atraso econômico verificado em alguns países, cuja cultura local se mostra incapaz de compreender a complexidade do mundo contemporâneo.
- 4 A supressão da vírgula logo após o termo “humano” (l.6) não prejudica a correção gramatical do texto.
- 5 Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “e abre o caminho para a realização” (l.6-7): **e deixa aberto o caminho à realização.**
- 6 Na linha 11, não haveria prejuízo para os sentidos do texto caso o termo “mesma” fosse deslocado para antes do substantivo “essência”, dado o caráter enfático que o termo pronominal adquire no contexto.
- 7 Mantém-se a correção gramatical e a coerência do texto caso o trecho “cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa” (l.12-13) seja assim reescrito: **do qual estágio supremo de perfeição é representado pela globalização.**
- 8 No texto, o termo “primazia” (l.16) está empregado com o mesmo sentido que na frase: Segundo o presidente da República, a Organização das Nações Unidas deve deter a primazia na preservação da paz e da segurança internacional.
- 9 Na linha 24, a forma verbal “têm” em “têm se afirmado” estabelece relação de concordância com o termo antecedente “ideologia”.
- 10 O ‘argumento’ mencionado à linha 29 pode ser assim entendido: modelo econômico embasado no livre mercado é a alternativa mais viável para o progresso e desenvolvimento mundial.

Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade econômica e política mundial contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 11 Sob o ponto de vista econômico, a globalização dos dias atuais é decorrência de um longo processo histórico, impulsionado, a partir da Revolução Industrial, pela expansão imperialista e neocolonialista iniciada em meados do século XIX.
- 12 O expressivo desenvolvimento científico-tecnológico verificado na segunda metade do século XX foi decisivo para a ampliação da capacidade produtiva e para a circulação de mercadorias e de capitais, características essenciais da economia global do tempo presente.
- 13 A eliminação do espaço de manobra dos Estados nacionais, acompanhada da dissolução dos organismos multilaterais, é a mais evidente característica política da atualidade, razão pela qual as grandes corporações econômicas ditam as regras e monopolizam o poder mundial.
- 14 A “complexidade do mundo contemporâneo”, mencionada no texto, pode ser comprovada, entre outras situações, pelo paradoxo de um discurso vigorosamente favorável ao livre comércio em meio a práticas tipicamente protecionistas, particularmente as conduzidas pelos países economicamente mais poderosos.
- 15 A crise profunda que vitimou o modelo soviético, arrastando consigo a experiência do socialismo real do Leste europeu, conseguiu retardar ao máximo o avanço do que o texto classifica como “sistema ideologicamente dominante fundado no livre mercado”.
- 16 Os êxitos econômicos obtidos pela China, nos últimos anos, devem ser explicados por diversos fatores, entre os quais se destacam o enrijecimento de sua opção pelo socialismo e a recusa em promover reformas que abrissem sua economia aos capitais privados, nacionais ou internacionais.
- 17 A força avassaladora da globalização destruiu as manifestações nacionalistas que sempre caracterizaram a história contemporânea. Assim, movimentos separatistas ou de independência nacional deixaram de existir, e os próprios governos nacionais se vêem impelidos a acatar decisões vindas do exterior.
- 18 Surgida no pós-Segunda Guerra Mundial para agir no contexto da guerra fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) parece estar, na atualidade, em situação de crise, não sendo raras as oportunidades em que suas sugestões e decisões são desconsideradas, tal como ocorreu na última invasão do Iraque.

Texto para os itens de 19 a 27

1 Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas; no
mês seguinte cinquenta e cinco; em março de 1877 contava
quatrocentas e noventa. Duas forças serviram principalmente
4 à empresa de as congregar: o emprego da língua delas, desde
que pude discerni-la um pouco, e o sentimento de terror que
lhes infundi. A minha estatura, as vestes talares, o uso do
7 mesmo idioma fizeram-lhes crer que eu era o deus das
aranhas, e desde então adoraram-me. E vede o benefício
desta ilusão. Como as acompanhasse com muita atenção e
10 miudeza, lançando em um livro as observações que fazia,
cuidaram que o livro era o registro dos seus pecados, e
fortaleceram-se ainda mais nas práticas das virtudes. (...)

13 Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um
governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais
pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham
16 contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de
governo ficava exposta a comparações que poderiam
amesquinhá-la. Era-me preciso ou achar uma forma nova ou
19 restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o
segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que
uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até
22 o mesmo epíteto. Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas
feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe
ainda a vantagem de um mecanismo complicado, o que era
25 meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade.

A proposta foi aceita. Sereníssima República
pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo,
28 próprio a engrandecer a obra popular.

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição,
nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os
31 solários de Campanela ou os utopistas de Morus; formam um
povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das
nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro
34 a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias
do papel, válidas no papel e mancas na prática.

Machado de Assis. *A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas)*. In: *Obra completa*. Vol. II. Contos. Papéis avulsos. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p. 337-8.

No que se refere aos sentidos, à organização das idéias do texto e à tipologia textual, julgue os itens de 19 a 24.

- 19 O autor do texto, por meio de narrativa alegórica, uma parábola, expõe seu ponto de vista acerca do comportamento humano e da organização política e social.
- 20 Infere-se da leitura do texto que dois fatores se destacam nas relações sociais de poder: a unidade lingüística e o sentimento de medo incutido no outro.

- 21 Para o criador da sociedade das aranhas, a prática das virtudes é condição natural dos que crêem em Deus.
- 22 Na frase “E vede o benefício desta ilusão” (l.8-9), o narrador dirige-se diretamente às aranhas.
- 23 No texto, uma característica da república escolhida para ser instaurada na sociedade das aranhas é explicitada na expressão “sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo” (l.22-23).
- 24 No texto, a comparação estabelecida entre o tempo e um trabalhador que faz questão de cumprir, ele mesmo, o seu ofício serve de crítica aos governos vigentes, que o autor do texto considera mesquinhos.

Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos lingüísticos do texto.

- 25 O verbo **ter**, na linha 1, está empregado no sentido de **haver**, **existir**, por isso mantém-se no singular, sem concordar com o sujeito da oração — “vinte aranhas” (l.1).
- 26 O trecho “o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade” (l.24-25) pode ser reescrito, mantendo-se a correção e a coerência do texto, da seguinte forma: **o de pôr à prova as habilidades políticas da jovem sociedade**.
- 27 A forma verbal “formam” (l.31) está flexionada na 3.ª pessoa do plural para concordar com a idéia de coletividade que a palavra “povo” (l.32) expressa.

Julgue os fragmentos de texto apresentados nos itens a seguir quanto à correção gramatical.

- 28 À despeito do aumento da taxa SELIC no mês passado, o juro real continua em queda e deve, atingir o menor nível em quase cinco anos, desde novembro de 2003. Levantamento feito pelo Estado, com base nas projeções de mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra que o juro real deve cair para 6,50% ao ano neste mês, levando-se em conta o atual nível da SELIC.
- 29 As negociações globais de comércio devem ganhar impulso com os novos esboços de acordo internacional sobre produtos agrícolas e industriais. Reivindicações do Brasil e de outros países emergentes foram contempladas no acordo, mas os diplomatas ainda terão de trabalhar intensamente nos próximos meses, dado o objetivo de alcançarem um acordo básico sobre a redução de tarifas e subsídios para facilitar o acesso aos mercados.

Of. n.º 005/2008 / [Órgão]

Cidade, 8 de janeiro de 2008.

[Nome]

Diretor do Departamento de Imagem Urbana
CEP – Cidade – UF

Assunto: Gabinete de Rua

Sr. Diretor,

1. Dando início aos trabalhos desta Câmara Municipal para o ano de 2008, realizaremos o primeiro Gabinete de Rua, no dia 19 do corrente. Para tanto, solicitamos que V. S.ª expresse vossa autorização para a montagem de um estande para a realização da referida atividade na Praça das Flores (Centro), das 9 às 13 horas.
2. Informamos que o Gabinete de Rua consiste em ação de cidadania, oportunidade em que os munícipes terão acesso a alguns serviços de saúde, tais como aferição de pressão, exame de glicemia capilar, além de poderem apresentar, por meio do preenchimento de questionário, suas reivindicações para a melhoria da cidade.
3. Certos da atenção que nos será dispensada, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

[Nome]

[Vereador]

Considerando o documento acima, julgue os itens que se seguem, referentes à redação de correspondências oficiais.

- 30 Estaria garantida a adequação do assunto ao objetivo proposto no documento caso aquele estivesse assim especificado: **Solicitação de montagem de estande para evento promovido pela Câmara Municipal**.
- 31 No tópico 1 do ofício apresentado, na expressão “desta Câmara Municipal”, o termo “desta” deve ser substituído por **dessa**, visto que se refere à instituição a que pertence o remetente do ofício.
- 32 O termo “vossa”, no segundo período do tópico 1, está indevidamente empregado no documento, visto que a concordância com os pronomes de tratamento deve ser feita na terceira pessoa.
- 33 O fecho utilizado no documento não está adequado à hierarquia dos cargos, devendo ser substituído por **Respeitosamente**.

Com relação aos conceitos e à legislação aplicáveis ao controle externo e às instituições fiscalizadoras, julgue os itens a seguir.

- 34** Nos termos da Declaração de Lima, a pré-auditoria, tarefa indispensável de todas as entidades fiscalizadoras superiores, tem a vantagem de reduzir o volume de trabalho e tornar indistintas as responsabilidades previstas no Direito Público.
- 35** Na atual estrutura do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, que deve atuar em cooperação com o TCU, os órgãos correspondentes do Itamaraty e dos comandos militares são os que estão precisamente posicionados de acordo com as recomendações das entidades fiscalizadoras superiores (INTOSAI), em razão de sua subordinação hierárquica e de suas vinculações funcionais.
- 36** Na hipótese de entidades fiscalizadoras superiores emitirem pareceres especializados, inclusive comentários sobre proposições legislativas, as autoridades administrativas serão obrigadas a acatá-las. Essa tarefa adicional, inclusive, deverá prevenir futuros achados de auditorias.
- 37** As contas dos dirigentes dos Poderes e órgãos da administração pública federal deverão ser encaminhadas, anualmente, ao TCU, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.
- 38** Na sua missão de apreciação das contas anuais dos dirigentes da República, o TCU emitirá parecer prévio específico para cada Poder, inclusive para o Ministério Público Federal, impreterivelmente até a data do recesso subsequente ao do recebimento dessas contas.
- 39** No âmbito federal, o parecer sobre as contas do TCU é de responsabilidade da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
- 40** Cabe ao STJ processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns — aí compreendidos os crimes de responsabilidade —, os membros do TCU.
- 41** Cabe ao STF processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o STJ e quaisquer tribunais, inclusive os conflitos resultantes de recomendações e decisões do TCU.
- 42** O TCU é responsável pela fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento e consolidação das contas de todas as esferas da Federação.
- 43** Ainda que a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional sejam princípios institucionalizados do Ministério Público, haverá membros do MP junto ao TCU, entre os quais um será escolhido ministro, periódica e alternadamente, como parte do terço que cabe ao presidente da República indicar.

- 44** A jurisdição do TCU se estende aos sucessores dos responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União aos demais entes, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- 45** Na hipótese de desvio de aplicações em curso, as tomadas de contas especiais serão encaminhadas imediatamente ao TCU, independentemente do valor do dano que já tiver sido causado ao erário.
- 46** Uma decisão do TCU, em processo de tomada ou prestação de contas, só será considerada terminativa quando, transcorridos cinco anos do seu arquivamento, não for possível comprovar os fatos que tenham sobrestado o seu julgamento, por indícios de irregularidades.
- 47** O conceito de irregularidade, na acepção da Lei Orgânica do TCU, é mais abrangente do que a existência de dano provocado por desfalque ou desvio de valores públicos, ou a prática de atos ilegais ou a mera omissão no dever de prestar contas. Atualmente, para julgar irregulares as contas, é suficiente a comprovação de dano provocado por ato antieconômico ou de prática de ato de gestão qualificado como antieconômico.
- 48** A fiscalização do TCU não se limita à realização da despesa; compreende também a arrecadação da receita e as próprias renúncias de receitas, inclusive a verificação do real benefício socioeconômico dessas renúncias.
- 49** Nos casos em que se constatar que o custo de uma cobrança é superior ao valor do ressarcimento devido por um agente público, em razão de irregularidade praticada, o TCU poderá cancelar o débito, mas o respectivo processo não poderá ser arquivado.
- 50** O pagamento integral e tempestivo de multa imposta ao agente público no caso de contas julgadas irregulares modifica o julgamento quanto à irregularidade das contas.
- 51** As informações solicitadas à fazenda pública e encaminhadas ao TCU, protegidas por sigilo fiscal, para apuração de infração administrativa, poderão ser retransmitidas, em caso de solicitação, a outro órgão ou entidade fiscalizador(a) da administração pública federal.
- 52** A gestão de pessoas, no âmbito do TCU, orienta-se por um conjunto de princípios, um dos quais consiste em que todo servidor tenha acesso a informações e decisões que afetem diretamente a sua vida funcional.
- 53** Pode-se dar publicidade à ação fiscalizatória do TCU, divulgando-se informações relativas ao plano de fiscalização, desde que tal divulgação não comprometa o sigilo dos trabalhos.

Com a Constituição de 1988, o TCU teve a sua jurisdição e competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

Internet: <www2.tcu.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao enquadramento constitucional do TCU.

- 54** A expressão economicidade, utilizada pelo legislador constituinte e mencionada no texto, autoriza uma apreciação não meramente literal, legalista ou formal do controle a ser desenvolvido pelo TCU, conferindo a este tribunal amplo poder de cognição. Tal amplitude de atuação não é conferida à administração pública, mesmo diante de um moderno direito administrativo de cunho principiológico.
- 55** A possibilidade de um tribunal de contas, de natureza político-administrativa, julgar as contas de pessoas estranhas ao Estado serve como exemplo do conceito de direito administrativo sob um critério meramente subjetivo de administração pública.
- 56** A independência conferida ao TCU faz com que as suas decisões, emanadas no exercício de sua atividade-fim, não se submetam a qualquer controle posterior.
- 57** Conforme o STF, o TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar, de forma incidental, a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- 58** Para o STF, a independência conferida ao TCU não exclui a competência de fiscalização de suas contas pelo Poder Legislativo.

Com referência ao regime e à forma de governo do Brasil, julgue o item abaixo.

- 59** A república e a forma federativa de Estado foram arroladas expressamente como cláusulas pétreas pelo constituinte originário.

Uma fundação pública federal firmou contrato de prestação de serviços com uma organização social, tendo por objeto execução de atividade contemplada no contrato de gestão, consistente na instalação de um posto de atendimento médico-hospitalar. Conforme os termos desse contrato, a fundação seria responsável pelo aporte de R\$ 3.000.000,00, e a referida organização social ficaria incumbida da contratação de pessoal, do fornecimento de equipamentos e da prestação dos serviços previstos, nos termos do contrato de gestão.

Com referência à situação hipotética acima apresentada e à natureza jurídica das entidades da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 60** A organização social, que integra as chamadas entidades paraestatais, insere-se na concepção administrativa fundada no conceito de Estado mínimo, segundo o qual a saúde não é considerada atividade típica de Estado.
- 61** O regime jurídico das fundações públicas e o das autarquias distinguem-se quanto à forma de sua criação, pois as fundações públicas, ao contrário das autarquias, não são criadas por lei e, sim, têm a sua criação autorizada por lei.
- 62** A contratação da referida organização social, na situação hipotética descrita, configura hipótese em que é permitida a dispensa de licitação.

Maria, servidora pública federal, com 25 anos de idade, tomou posse e entrou em exercício no seu cargo efetivo de analista no TCU, cargo para o qual se exige formação de nível superior em qualquer área do conhecimento. Tempos depois, ela tomou posse e entrou em exercício no cargo público de professor universitário, na Universidade de Brasília (UnB). Somente um ano depois de ter tomado posse na UnB, Maria comunicou esse fato ao setor de pessoal do TCU, ocasião em que tomou posse em cargo em comissão nesse tribunal.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

- 63** O exercício do cargo de analista é legalmente acumulável com o cargo de professor, conforme jurisprudência do STJ, desde que haja compatibilidade de horários.
- 64** O prazo para prescrição da pretensão punitiva, considerando-se que a acumulação de cargos citada fosse ilegal, seria de 5 anos, a contar da data da entrada em exercício do cargo de professor e não da data da comunicação do fato ao setor de pessoal do TCU.
- 65** Eventual processo administrativo disciplinar aberto contra Maria, pelo fato descrito, seguirá o rito sumário.
- 66** O valor da remuneração do cargo em comissão que Maria passou a receber não integra a base de cálculo da contribuição social dos servidores públicos.

Um deputado estadual de Sergipe, insatisfeito com os recursos que o estado vinha recebendo da União, resolveu apresentar um projeto de lei estadual criando um novo imposto, incidente sobre a exploração da atividade de lavra de petróleo nesse estado por empresas privadas e estatais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 67** Os *royalties* recebidos pelo estado de Sergipe são considerados como receitas públicas originárias deste ente federativo.
- 68** As riquezas minerais, como o petróleo, são bens da União.
- 69** A mencionada lei estadual, se publicada, poderá ser objeto de controle de constitucionalidade, na via concentrada, por meio de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF, devendo, nessa situação, o advogado-geral da União ser citado para defender a constitucionalidade da lei.
- 70** Na situação em apreço, compete ao TCU fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos a título de *royalties* pelo estado de Sergipe, já que esses recursos são repassados pela União aos estados.
- 71** O projeto de lei proposto pelo mencionado deputado estadual apresenta inconstitucionalidade formal de iniciativa, pois a matéria tributária é de competência privativa do governador do estado.
- 72** O mencionado imposto deveria ser criado por meio de lei complementar estadual, já que é um imposto não arrolado expressamente na CF.
- 73** A atividade de lavra de petróleo, considerada pela CF como monopólio da União, pode ser exercida por empresas estatais ou privadas.
- 74** A matéria tratada no referido projeto de lei estadual poderia ser objeto de medida provisória, mesmo que a constituição do estado do Sergipe não contemplasse essa modalidade de ato normativo.

A União firmou contrato de obra pública com a construtora Cimento Forte Ltda., visando construir uma hidrelétrica em um grande rio do estado do Pará, obra essa que durará cerca de 3 anos, de forma a diminuir o risco futuro de crise de energia elétrica. Para tanto, utilizou-se da dispensa de licitação. Nos termos desse contrato de obra pública, todas as indenizações por danos causados a terceiros em decorrência da obra seriam suportadas pela construtora.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 75** Caso um terceiro sofra danos em decorrência da mencionada obra, ele poderá ingressar com ação de reparação de danos diretamente contra a construtora com fundamento na responsabilidade civil objetiva, na forma da Constituição.
- 76** A situação descrita caracteriza emergência, razão por que a contratação por meio de dispensa de licitação foi adequada.

Em 31/12/2001, entrou em vigência contrato de prestação de serviços contínuos de vigilância entre a empresa Vigilantes e Atentos Ltda. e a União, com prazo de duração de um ano. Em 15/12/2002, Helena, servidora pública federal, foi flagrada ao receber propina de João, sócio-gerente da citada empresa, para renovar o contrato de prestação de serviços por mais um ano, o que acabou ocorrendo. Nesse mesmo dia, tais fatos repercutiram nacionalmente na imprensa.

Em 2/5/2003, foi aberto processo administrativo disciplinar visando apurar os fatos, somente tendo sido publicada em 15/5/2008 a portaria da demissão de Helena.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens.

- 77** O contrato de prestação de serviços contínuos de segurança e vigilância pode ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, por iguais e sucessivos períodos, limitados a sessenta meses.
- 78** Em 2/5/2003, com a instauração do processo administrativo disciplinar, por meio da publicação da respectiva portaria, o prazo prescricional foi interrompido e somente voltou a correr 140 dias após essa data, não estando, portanto, prescrita a pretensão punitiva da administração pública.
- 79** No mencionado processo administrativo disciplinar, não haveria ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório caso faltasse a Helena defesa técnica por meio de advogado, conforme entendimento do STF.
- 80** Se a empresa Vigilantes e Atentos Ltda. não recolher os encargos previdenciários devidos por ela em face da remuneração paga aos seus empregados, na execução do referido contrato, ficará a União solidariamente responsável por esse pagamento, conforme o disposto na lei geral de licitações.

Márcio e sua esposa, residentes em Brasília, diante das suas férias no fim do último ano, adquiriram dois bilhetes de passagem de ida e volta para a cidade de Teresina, junto à empresa de transporte coletivo rodoviário X. Como houve atraso de mais de 10 horas no embarque, Márcio e sua esposa resolveram ingressar com ação de indenização, buscando a reparação de danos morais e materiais.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 81** Mesmo que a empresa comprove, nos autos da ação de indenização contra ela proposta, que o atraso decorreu de culpa exclusiva de terceiro, ela estará obrigada a indenizar os referidos danos.
- 82** Na situação em apreço, por falta de prazo previsto em lei específica, a ação de reparação de danos contra a concessionária de serviço público prescreverá em três anos, conforme dispõe o Código Civil.
- 83** Comprovado que o dano foi causado por ato de agente público do Estado, agindo nessa qualidade, caberá a esse indenizar o réu.

Acerca da organização do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.

- 84** Junto ao CNJ, oficiarão o procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da OAB.
- 85** Compete ao CNJ apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, restando afastada, nesse ponto, a competência do TCU.

Tendo por base os princípios constitucionais que informam o direito processual civil, julgue os seguintes itens.

- 86** Considere que uma auditoria feita pelo TCU tenha concluído pela existência de fortes indícios de que certo prefeito desviou recursos federais que recebera para aplicação no programa de merenda escolar do município. Nessa situação, a Corte de Contas terá necessariamente de citar o primeiro mandatário municipal para que apresente as suas razões de justificativa, em observância ao princípio constitucional do contraditório, também conhecido como princípio do devido processo legal.
- 87** Ao longo de toda a fase instrutória de uma complexa ação envolvendo apropriação indevida de direitos autorais, o juiz deferiu todos os requerimentos que lhe foram dirigidos para juntada de documentos e outros elementos probantes aos autos, sempre concedendo vista às partes para sua manifestação nos termos da lei processual vigente. Nessa situação, ao oportunizar aos litigantes o pleno exercício do contraditório, o magistrado, simultaneamente, também deu efetividade concreta ao princípio constitucional da ampla defesa.

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito de ato praticado por juiz, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 88** Roberval propôs ação pelo rito ordinário contra a empresa pública na qual trabalha há mais de quinze anos, buscando o pagamento de parcelas relativas a três planos econômicos que entende lhe foram indevidamente subtraídas. O juiz pronunciou a decadência em relação aos pedidos relativos a dois dos planos econômicos e determinou o prosseguimento do feito em relação ao terceiro pedido. Nessa situação, o ato praticado pelo juiz foi uma sentença, pois se baseou em uma das hipóteses de extinção do processo sem julgamento do mérito previstas no Código de Processo Civil.

Julgue os itens de **89** a **95**, que versam sobre *writs* constitucionais, cuja utilização criteriosa é de vital importância para a consolidação do estado democrático de direito.

- 89** Considere que um grupo de advogados, empregados de uma sociedade de economia mista, for notificado pelo TCU para apresentar suas razões de justificativa em um processo que apure irregularidades em uma licitação que teria sido levada a efeito com base em suas manifestações jurídicas. Nesse caso, entendendo que a Corte de Contas não tem competência para julgar os atos por eles praticados, os advogados poderão impetrar mandado de segurança junto ao STJ, o qual somente concederá a medida liminar requerida, se for o caso, depois de prestadas informações pela autoridade coatora.
- 90** De acordo com iterativa jurisprudência do STJ, sempre que o juiz verificar que se acham presentes os requisitos da medida liminar em mandado de segurança, deverá deferi-la. Contudo, não poderá estabelecer caução, ainda que sob a justificativa de evitar danos irreversíveis ao erário, exceto nos casos expressamente previstos em lei.
- 91** Considere a seguinte situação hipotética. Embora houvesse previsão legal, um ministério demorou três anos para efetuar a promoção dos membros de uma categoria de fiscais federais a diversos níveis da carreira e a fez sem o pagamento dos atrasados. Entendendo ser líquido e certo o seu direito, um grupo de trinta servidores constituiu advogado para impetrar mandado de segurança com pedido de liminar contra a omissão do secretário de recursos humanos da pasta, visando obrigá-lo a efetuar imediatamente o pagamento das parcelas em atraso. Nessa situação, o juiz não precisará ouvir a autoridade apontada como coatora antes de apreciar o pedido de medida liminar, pois não se trata de mandado de segurança coletivo; quanto à medida liminar requestada, deverá ser indeferida, pois existe legislação específica que proíbe sua concessão para o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos.
- 92** Considere a seguinte situação hipotética. Certo prefeito de município carente de assistência médica, com o objetivo de construir um novo hospital na região, conseguiu a aprovação de lei na Câmara Municipal autorizando a desapropriação do imóvel em que nasceu e viveu um dos mais renomados pintores brasileiros, situado em terreno considerado ideal para a construção da unidade de saúde. Consta que a referida residência é objeto de visita turística e motivo de orgulho para a população local. Nessa situação, encontram-se presentes os requisitos para que qualquer cidadão brasileiro, no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, proponha ação popular a fim de preservar o patrimônio histórico em questão.

93 Um promotor de justiça ingressou com ação civil pública contra a companhia de saneamento básico de seu estado, por estar essa companhia realizando obras que provocam o assoreamento das margens de um importante rio que banha vários municípios. Na exordial, pediu a condenação da companhia em substancial quantia em dinheiro e também na obrigação de cessar a realização das obras. Diante de tal quadro, o juiz poderá acolher a ambos os pedidos deduzidos pelo órgão ministerial, considerando que a condenação pecuniária *in casu* tem caráter punitivo pelo dano já causado e a condenação na obrigação de não fazer tem caráter acautelatório de impedir a ampliação do dano.

94 Uma mesma situação fática pode dar azo à propositura tanto de uma ação popular como de uma ação civil pública, pois ambas se prestam à proteção dos interesses difusos e coletivos, diferindo fundamentalmente quanto à diversidade de pessoas que são legitimadas para propô-las. Assim, em observância aos princípios da economia processual e da efetividade da prestação jurisdicional, proposta uma dessas ações, o juiz não deverá conhecer de outra que tenha causa de pedir embasada no mesmo fato.

95 Considere a seguinte situação hipotética. No julgamento de representação feita por uma Secex estadual, o TCU decidiu convertê-la em tomada de contas especial e determinar a citação de três diretores de uma autarquia federal para que apresentem suas defesas para os atos por eles praticados, inquinados de irregularidade, ou então que recolham aos cofres da entidade em que trabalham as importâncias correspondentes ao prejuízo apurado. Em atendimento à solicitação feita por procurador da República que acompanhava o caso, foi-lhe encaminhada cópia do acórdão. Este decidiu ingressar com ação de reparação de danos por improbidade administrativa contra os referidos dirigentes.

Nessa situação, embora pendente o caso de julgamento definitivo pela Corte de Contas, sob nenhuma hipótese os réus poderão transacionar em juízo com o órgão ministerial visando pôr fim a essa demanda.

A respeito da validade dos negócios jurídicos e da possibilidade de sua anulação, em cada item subsequente é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

96 Os pais de Hoterlino, jovem de 19 anos de idade, faleceram em grave acidente automobilístico, herdando ele todos os bens e passando a residir com seus avós maternos. Tempos depois, necessitando saldar dívidas contraídas com cartão de crédito, fez, sozinho e de boa-fé, a venda de uma casa de praia a um casal de argentinos residentes na França. Nessa situação, essa venda é anulável, pois trata-se de negócio jurídico efetuado por indivíduo relativamente incapaz não assistido por seus representantes legais.

97 Ameaçada de morte por um primo, homem de notória violência, Abgail assinou contrato de compra e venda, transferindo-lhe a propriedade de uma fazenda de cacau na Bahia. Transcorridos seis anos, sem que cessasse a coação, esse primo faleceu, e ela decidiu imediatamente constituir advogado para buscar a anulação judicial do negócio. Nessa situação, caso logre êxito em provar a coação sofrida, é possível que Abgail obtenha decisão favorável ao seu pleito, pois o prazo decadencial de quatro anos para requerer a anulação é contado da data em que cessou a coação e não da data da realização do negócio.

Para a realização dos negócios jurídicos e para a discussão dos questionamentos deles advindos, é de suma importância o estabelecimento do domicílio das pessoas naturais ou jurídicas. Acerca desse tema, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

98 Ranulfo, auditor-fiscal lotado na Delegacia da Receita Federal em Boa Vista-RR, foi nomeado para o cargo em comissão de diretor financeiro de uma autarquia com sede em Brasília. Nessa situação, durante o período em que ele estiver exercendo esse cargo, Ranulfo passará a ter por domicílio a Capital Federal, configurando-se o que se denomina domicílio necessário.

99 Genivaldo, residente em Teresina-PI, adquiriu um automóvel por meio de financiamento obtido junto à financeira da própria montadora, com sede em São Paulo. Nesse caso, inobstante tal fato, Genivaldo poderá demandar judicialmente a referida instituição financeira na própria capital piauiense, local onde foi assinado o contrato.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre responsabilidade civil.

100 De acordo com o sistema civilista vigente, a responsabilidade tem como fundamento genérico o dolo. Este distingue-se em aquiliano e extra-contratual e se materializa pela prática de ato ilícito consistente não apenas na violação de preceito legal ou de obrigação contratual, mas também pode se dar pela infração de preceito moral determinado ou de obrigação de caráter geral de não causar dano. Existem, porém, certos atos lesivos que não são considerados atos ilícitos por expressa disposição legal.

101 Os titulares de serventias extrajudiciais (notário, oficial de registro e tabelião) prestam serviços em caráter privado, por delegação do poder público. Inclusive por isso, os funcionários dessas serventias podem ser contratados pelo regime celetista. Assim, o Estado não responderá objetivamente pelos danos causados pelos titulares dessas serventias ou pelos seus prepostos. O prejudicado por ato praticado por algum desses agentes somente contra ele poderá mover ação de natureza indenizatória.

102 Considere a seguinte situação hipotética. Manoel agrediu covardemente Joaquim, quase levando-o à morte. As seqüelas foram graves e afastaram a vítima do trabalho por seis meses. Tempos depois, ao propor ação indenizatória pelos danos sofridos, já estava em curso uma ação penal contra Manoel por tentativa de homicídio. Nessa situação, ciente do fato, o juízo cível deverá obrigatoriamente suspender o andamento da ação de reparação de danos até que seja proferido o julgamento pelo juízo criminal, a fim de evitar a ocorrência de decisões conflitantes.

103 Considere que, em julgamento realizado pelo TCU em sua composição plenária, o ex-presidente de uma fundação pública seja condenado ao pagamento de multa pecuniária por haver agido de forma negligente na condução de processo licitatório que acabou por acarretar prejuízos vultosos às finanças da instituição pública que administrou por quatro anos. Nessa situação, mesmo que não se tenha verificado dolo na conduta do ex-dirigente nem mesmo sinais de enriquecimento ilícito, ainda assim ele deverá ser civilmente responsabilizado pelo prejuízo causado ao erário, visando o ressarcimento integral do dano, estando ainda sujeito à perda da função pública, se for o caso, como também à suspensão de seus direitos políticos por prazo determinado.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

104 Marcos, servidor público, no exercício da função pública, adquiriu bens para uma empresa pública sem observar as formalidades pertinentes à dispensa de licitação. Nesse caso, segundo o STJ, a conduta apenas será penalmente punível se tiver acarretado contratação indevida e retratado o intento reprovável do agente.

105 Sílvio, empresário, concorreu para a prática de ato de improbidade, enriquecendo ilícitamente. Nesse caso, mesmo não sendo agente público, será atingido pelas disposições da Lei de Improbidade. Assim, após sua morte, seus sucessores estarão sujeitos às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança.

106 Durante um espetáculo de circo, Andrey, que é atirador de facas, obteve a concordância de Nádia, que estava na platéia, em participar da sua apresentação. Na hipótese de Andrey, embora prevendo que poderia lesionar Nádia, mas acreditando sinceramente que tal resultado não viesse a ocorrer, atingir Nádia com uma das facas, ele terá agido com dolo eventual.

107 Arnaldo, lutador de boxe, agindo segundo as regras desse esporte, matou Ailton durante uma luta. Nesse caso, em razão da gravidade do fato, a violência esportiva não será causa de exclusão do crime.

108 Considere que tenha sido editada uma lei que descriminaliza um fato anteriormente descrito como infração penal, por não ser mais interessante, legítima e justa a punição dos autores de tal conduta. Nessa situação, a lei de *abolitio criminis* é retroativa e extingue o *jus puniendi* do Estado.

109 Marcelo, professor universitário, ao passar nas proximidades de uma construção civil, deixou de prestar assistência, quando era possível fazê-lo sem risco pessoal, a um pedreiro que acabara de se ferir gravemente em um acidente. Nesse caso, o delito praticado por Marcelo é omissivo próprio e admite tentativa.

110 Ricardo, obrigado por Sandra, mediante ameaça de arma de fogo, a ingerir quantidade excessiva de bebida alcoólica, ficou completamente embriagado. Nessa hipótese, se Ricardo viesse a cometer um delito, sua pena poderia ser reduzida em até 2/3, caso ele fosse, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Text for items from 111 through 120.

1 Around the world the public sector is under siege: taxpayers
everywhere want better, cheaper government. The message is simple:
tinkering with the system is not good enough. What's needed is a
4 complete reinvention of government.

Since the federal government initiated the National
Performance Review in 1993, by most accounts progress has been
7 uneven in the implementation of the approaches developed.

The report notes that public confidence in the federal
government has never been lower. The average citizen believes 48 cents
10 of every tax dollar are wasted. Five of every six strongly want
“fundamental change”. Only 20% of the people trust the federal
government to do the right thing most of the time — down from 76 per
13 cent thirty years ago. The national debt now exceeds \$ 4 trillion —
\$ 16,600 for every man, woman, and child.

There is enormous unseen waste. The Audit Department has
16 found that the Defense Department owns more than \$ 40 billion in
unnecessary supplies. The Internal Revenue Service struggles to collect
billions of unpaid bills. A century after industry replaced farming as the
19 country's principal source of wealth creation, the Agriculture
Department still operates more than 12,000 field service offices, an
average of nearly four for every county in the nation — rural, urban, or
22 suburban.

But the report goes farther:

And yet, waste is not the only problem. The federal government
25 *is not simply broke; it is broken. Ineffective regulation of the financial*
industry brought us the Savings and Loan debacle. Ineffective education
and training programs jeopardize our competitive edge. Ineffective
28 *welfare and housing programs undermine our families and cities.*

The conclusion was that the US is suffering the deepest crisis
of faith in government in memory. In past crises, people doubted their
31 leaders on moral grounds. They felt their government was deceiving
them or failing to represent values. Today's crisis is different: people
simply feel the government doesn't work.

Don Tapscott. *The digital economy: promise & peril in the age of networked intelligence* (adapted).

Based on the text, judge the items below.

111 All over the world the public sector is besieged by those who pay taxes.

112 Reliance on the US federal government has once been higher.

113 Most people believe that near half a cent of each dollar is badly spent.

114 More than eighty percent of the people hunger for basic changes.

115 Three decades ago, at most 24% of people didn't rely on the federal government.

According to the text, it can be deduced that

116 the Internal Revenue Service has now succeeded in getting back billions of the existing debt.

117 today, the main source of wealth creation lies in the agricultural activities.

118 poor educational standards and training programs put in danger the advantage over competitors.

119 never before has the US experienced such a profound crisis of faith in government.

120 “enormous” (l.15) is the same as **large**.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos, sendo **dez** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Leia o texto abaixo, que se refere ao Tribunal de Contas de Portugal.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 incluiu o Tribunal de Contas no elenco dos Tribunais, qualificando-o como órgão de soberania — a par do presidente da República, da Assembléia da República e do governo.

Definido como verdadeiro tribunal, a ele se aplicam os princípios gerais constitucionalmente estabelecidos para os tribunais, dos quais se destacam:

- ▶ O princípio da independência e da exclusiva sujeição à lei;
- ▶ O direito à coadjuvação das outras entidades;
- ▶ Os princípios da fundamentação, da obrigatoriedade e da prevalência das decisões;
- ▶ O princípio da publicidade.

Garantia essencial da independência do Tribunal de Contas é a independência do seu presidente e de seus juizes, que por isso está necessariamente abrangida pela proteção constitucional daquela.

O princípio da independência dos juizes determina não apenas a sua inamovibilidade e irresponsabilidade, mas, igualmente, a sua liberdade perante quaisquer ordens e instruções das demais autoridades e, bem assim, a definição de um regime adequado de designação, com garantias de isenção e imparcialidade que evitem o preenchimento do quadro da magistratura deste tribunal, tal como dos restantes, de acordo com os interesses do governo ou da administração.

Definido como "o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe", o legislador constituinte elegeu o Tribunal de Contas à categoria de tribunal especializado, de natureza financeira, profundamente diferente das demais categorias de tribunais em matéria de competências.

Na verdade, a Constituição realça que o Tribunal de Contas não tem apenas funções jurisdicionais mas igualmente funções de outra natureza, nomeadamente "dar parecer sobre a Conta Geral do Estado".

Além do mais, a sua competência constitucionalmente fixada pode ser ampliada por via de lei, dispondo expressamente a Constituição neste sentido.

Em conclusão, o Tribunal de Contas é, estrutural e funcionalmente, um tribunal, mais propriamente, um tribunal financeiro, um órgão de soberania, um órgão constitucional do Estado, independente, não inserido na administração pública, em particular, no Estado/Administração.

O tribunal de contas na atualidade. Internet: <www.tcontas.pt> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra, de forma fundamentada e de acordo com a Constituição Federal brasileira, sobre os seguintes aspectos:

- ▶ natureza jurídica do TCU;
- ▶ relação entre o TCU e o Poder Legislativo;
- ▶ eventual vinculação hierárquica da Corte de Contas com o Congresso Nacional.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |

QUESTÃO 2

Maria, servidora pública federal, requereu a concessão do benefício de aposentadoria pelo regime próprio, o qual lhe foi concedido por força da Portaria n.º X, de 5 de março de 2003, pela autoridade competente do órgão no qual estava lotada. Remetido o processo administrativo para o Tribunal de Contas da União, este, sem intimar Maria a se manifestar, entendeu que ela não preenchia os requisitos para aposentar-se, pelo que negou o registro e determinou ao órgão, em 6 de maio de 2008, o retorno de Maria ao serviço.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às indagações a seguir:

- ▶ Houve nulidade na decisão proferida pelo TCU diante da inexistência de intimação para se promover a defesa de Maria?
- ▶ Qual seria o órgão judicial competente para julgar eventual mandado de segurança a ser impetrado por Maria?
- ▶ Há prazo decadencial para que a administração anule o ato contido na Portaria n.º X?

RASCUNHO – QUESTÃO 2

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |